

MAFALDA MIRANDA BARBOSA

LIÇÕES DE TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL

.....

2.^A EDIÇÃO

 GESTLEGAL

ÍNDICE

Nota à 2. ^a edição.....	7
CAPÍTULO I	
O DIREITO CIVIL.....	9
1. O direito civil como direito privado geral.....	9
1.1. A distinção entre o direito privado e o direito público	10
1.1.1. Critérios objetivos	10
1.1.2. Teorias subjetivas.....	12
1.1.3. Ponderação crítica.....	13
1.2. O direito civil e os outros ramos de direito privado especiais.....	28
2. O sentido e a intencionalidade do direito civil. Os princípios fundamentais	29
2.1. O personalismo ético.....	29
2.2. O princípio da autonomia	30
2.2.1. O sentido ético-axiológico da autonomia	30
2.2.2. Os instrumentos de realização da autonomia no quadro do direito privado.....	43
a. O direito subjetivo (remissão).....	44
b. O contrato	44
2.2.3. O princípio da liberdade contratual.....	50
2.2.4. Contratos de adesão	54
2.3. O princípio da boa-fé	58
2.3.1. Boa-fé em sentido subjetivo.....	58

2.3.2. Boa-fé em sentido objetivo	60
2.3.3. O princípio da confiança.....	63
2.4. O princípio da responsabilidade.....	66
2.4.1. Modalidades de responsabilidade civil.....	67
a. Plano estrutural.....	69
b. Plano funcional.....	70
c. Plano fundacional/axiológico	73
2.4.2. Pressupostos da responsabilidade civil.....	76
2.4.2.1. Responsabilidade extracontratual	76
2.4.2.2. Responsabilidade contratual	93
2.4.2.3. Responsabilidade pré-contratual.....	93
2.4.3. Responsabilidade subjetiva e responsabilidade objetiva.....	95
2.5. O princípio da igualdade.....	102
2.6. O reconhecimento da personalidade jurídica e a tutela dos direitos de personalidade	124
2.7. A proteção da família	124
2.9. A proteção da propriedade privada.....	131
O Código Civil	
1. Os antecedentes: o Código de Seabra	134
2. O Código de 1966	141
CAPÍTULO II	
A RELAÇÃO JURÍDICA	149
1. Noção de relação jurídica	149
2. Os elementos da relação jurídica	152
3. O conteúdo da relação jurídica.....	155
4. O direito subjetivo em sentido amplo	155
4.1. A gênese do direito subjetivo.....	155
4.2. A conceptualização germânica e a construção dogmática dos direitos subjetivos privados: a teoria da vontade e a teoria do interesse.....	166
4.3. Do objetivismo moderado de Ihering ao objetivismo radical de Duguit e Kelsen.....	174
4.4. Do individualismo ao personalismo ou a sustentação do direito subjetivo por referência à pessoa	185
4.5. O conceito de direito subjetivo.....	197
4.5.1. O poder ou a faculdade.....	198
4.5.2. Reconhecido ou atribuído pela ordem jurídica	199
4.5.3. De em princípio livremente	200

•

4.5.4. Modalidades do direito subjetivo (em sentido amplo).....	202
4.5.4.1. Direito subjetivo em sentido estrito.....	202
4.5.4.2. Direito potestativo.....	213
4.5.5. Classificação de direitos subjetivos	214
5. Outras posições subjetivas	217
5.1. Expectativas jurídicas	217
5.2. Ônus jurídicos	220
6. Os limites do direito subjetivo	220
6.1. O abuso do direito.....	220
6.2. Colisão de direitos.....	244
7. A dinâmica da relação jurídica	247
7.1. Constituição de direitos	247
7.2. Aquisição de direitos	248
7.3. Modificação de direitos	260
7.4. Extinção de direitos	261
CAPÍTULO III	
OS SUJEITOS DA RELAÇÃO JURÍDICA.....	263
Pessoas singulares	
1. O início da personalidade jurídica.....	264
2. O estatuto jurídico dos nascituros.....	266
2.1. Os nascituros concebidos	266
2.2. Nascituros ainda não concebidos.....	302
3. Termo da personalidade jurídica.....	302
4. A ausência	303
4.1. Curadoria provisória	304
4.2. Curadoria definitiva	305
4.3. Declaração de morte presumida.....	306
5. O conteúdo mínimo da personalidade: os direitos de personalidade	307
5.1. O surgimento histórico dos direitos de personalidade	307
5.2. As objeções levantadas à existência de direitos de personalidade	309
5.3. A ponderação crítica das objeções levantadas.....	314
5.4. Características dos direitos de personalidade.....	319
5.5. A tutela <i>post-mortem</i> dos direitos de personalidade	324
5.6. Os bens da personalidade e os direitos especiais de personalidade	328

5.6.1. Direito à vida.....	328
5.6.2. O direito à integridade física.....	337
5.6.3. Direito à integridade psíquica	339
5.6.4. Direito à integridade moral	340
5.6.5. Direito à identidade	366
5.6.6. Direito à imagem.....	366
5.6.7. Direito à privacidade.....	368
5.6.8. Direito à honra	373
5.6.9. Direito ao livre desenvolvimento da personalidade.....	376
6. A capacidade: capacidade de gozo e capacidade de exercício.....	387
7. Menoridade.....	388
8. Acompanhamento de maiores.....	409
9. Legitimidade.....	460
Pessoas coletivas	
1. Noção e natureza	462
2. Elementos da pessoa coletiva	466
3. Formação das pessoas coletivas	480
4. Classificações de pessoas coletivas.....	481
5. Tipologia de pessoas coletivas.....	484
6. Capacidade de gozo das pessoas coletivas	486
6.1. O artigo 160.º CC	487
6.2. O princípio da especialidade do fim	490
6.2.1. Posições doutrinárias.....	490
6.2.2. Posições jurisprudenciais (em sentido lato)	495
6.2.3. Proposta interpretativa em matéria de especialidade do fim	498
a. O fundamento do princípio da especialidade do fim.....	498
b. Capacidade e legitimidade.....	502
c. Categorias de atos e os atos em concreto. A eficácia do princípio da especialidade	503
d. Fim e objeto: a diferente relevância. O caso particular das associações e fundações	506
7. A capacidade de exercício das pessoas coletivas	510
8. Responsabilidade civil das pessoas coletivas.....	511
8.1. A responsabilidade extracontratual das pessoas coletivas.....	512
8.2. Responsabilidade contratual das pessoas coletivas.....	517
8.3. Outros problemas de responsabilidade.....	525
9. A desconsideração/o levantamento da personalidade coletiva — breve excursão.....	534
Outros sujeitos da relação jurídica?	
1. Os animais como sujeitos de direitos?.....	538

•

2. A existência de pessoas eletrônicas? Reflexões em torno da inteligência artificial.....	549
CAPÍTULO IV	
O OBJETO DA RELAÇÃO JURÍDICA	553
1. Considerações genéricas	553
2. Os possíveis objetos da relação jurídica	554
CAPÍTULO V	
O FACTO JURÍDICO	561
1. Noção. Factos relevantes e irrelevantes do ponto de vista jurídico. Factos involuntários e voluntários. Simples atos jurídicos e negócios jurídicos	561
2. O negócio jurídico	564
3. Modalidades/classificações de negócios jurídicos	577
3.1. Critério do número, sentido e modo de articulação das declarações negociais que integram o negócio.....	577
3.2. Critério da constituição.....	580
3.3. Critério da natureza da relação jurídica constituída, modificada ou extinta pelo negócio jurídico	582
3.4. Critério da natureza da relação jurídica a que o negócio se refere, do ponto de vista da possibilidade de ser avaliável em dinheiro.....	582
3.5. O critério do conteúdo e finalidade do negócio	582
3.6. Critério do momento da produção de efeitos jurídicos.....	610
3.7. Critério do risco e da importância patrimonial do negócio.....	611
3.8. Critério da forma	613
3.9. Critério da relevância da relação jurídica que constitui a sua causa .	613
4. Formação do negócio jurídico.....	615
4.1. Declarações negociais ou declarações de vontade	616
4.1.1. Noção.....	616
4.1.2. Tipos de declarações negociais.....	618
4.1.3. Declaração negocial presumida e declaração negocial ficta.....	619
4.1.4. Protesto e reserva.....	619
4.1.5. O silêncio	619
4.2. A forma do negócio jurídico	621
4.2.1. O princípio da liberdade de forma e as exceções.....	621
4.2.2. Tipos de forma.....	622
4.2.3. O âmbito da forma legal exigida	635
4.2.4. Consequências da inobservância da forma	636
a. Forma legal.....	636
b. Forma convencional.....	638

•

4.3. A perfeição negocial	638
5. Interpretação e integração dos negócios jurídicos	649
5.1. Interpretação, interpretação complementar e integração: a natureza jurídica	649
5.2. A teoria da impressão do destinatário e os limites do artigo 236.º CC.....	663
5.3. Os casos duvidosos.....	667
5.4. Os desvios à teoria da impressão do destinatário	668
5.4.1. No sentido de um maior objetivismo	668
5.4.2. No sentido de um maior subjetivismo: o caso dos testamentos.....	669
5.5. A integração do negócio jurídico.....	670
6. Divergências entre a vontade e a declaração.....	672
6.1. Simulação.....	676
6.1.1. Noção e elementos	676
6.1.2. Modalidades.....	684
6.1.3. Regime	685
6.1.3.1. O negócio simulado	685
6.1.3.2. O negócio dissimulado	692
6.1.4. A prova da simulação	695
6.2. Reserva mental	696
6.2.1. Noção	696
6.2.2. Modalidades.....	699
6.2.3. Regime.....	700
6.3. Declarações não sérias.....	704
6.3.1. Noção	704
6.3.2. Regime.....	706
6.4. Coação física ou coação absoluta.....	710
6.4.1. Noção	710
6.4.2. Regime.....	711
6.5. Falta de consciência da declaração.....	712
6.6. Erro obstáculo ou erro na declaração.....	718
6.6.1. Noção e regime.....	718
6.6.2. Erro de cálculo ou de escrita	721

•

6.6.3. Erro na transmissão da declaração	721
7. Vícios da vontade	723
7.1. Erro-vício	724
7.1.1. Noção.....	724
7.1.2. Modalidades	724
7.1.2.1. O erro sobre a pessoa do declaratário.....	725
7.1.2.2. Erro sobre o objeto.....	726
a. O erro sobre medida do objeto	729
b. O erro sobre o valor.....	732
c. O erro sobre as qualidades que aumentam o valor da coisa.....	739
7.1.2.3. Erro sobre os motivos.....	746
7.1.3. Regime do erro-vício.....	750
7.1.3.1. Requisitos gerais de relevância do erro-vício.....	750
7.1.3.2. Requisitos especiais de relevância do erro.....	758
7.1.4. A anulabilidade do negócio e responsabilidade civil	763
7.1.5. O erro na contratação eletrônica	763
7.2. Dolo	770
7.2.1. Noção.....	770
7.2.2. Elementos e requisitos de relevância	770
a. Dolo ativo e dolo omissivo.....	770
b. A relação entre o dolo (vício da vontade) e o dolo forma de culpa. O problema da indução negligente em erro	771
c. <i>Dolus bonus</i> e <i>dolus malus</i>	807
d. Dolo essencial e dolo incidental	810
7.3. Regime	810
7.3.1. O dolo do declaratário.....	810
7.3.2. O dolo de terceiro.....	810
7.4. Coação moral ou relativa.....	811
7.4.1. Noção.....	811
7.4.2. Regime	812
7.4.3. A aplicação analógica do regime da coação moral	813
7.5. Estado de necessidade.....	827
7.5.1. Noção e requisitos de relevância.....	827

7.5.2. Regime	833
7.5.3. A usura e a ofensa dos bons costumes	833
7.6. Incapacidade acidental.....	834
8. Alteração superveniente das circunstâncias	835
9. Objeto e conteúdo do negócio jurídico	843
9.1. Considerações genéricas.....	843
9.2. Possibilidade física e legal	844
9.3. Não contrariedade à lei: licitude	857
9.4. Determinabilidade	858
9.5. Conformidade aos bons costumes	859
9.6. Conformidade à ordem pública.....	860
10. Cláusulas acessórias típicas.....	861
10.1. Condição.....	861
a. Noção; requisitos; modalidades.....	861
b. Aponibilidade da condição	862
c. Validade e invalidade da condição.....	863
d. Condição suspensiva.....	865
e. Condição resolutiva	866
f. A boa-fé ao nível do regime da condição.....	866
10.2. Termo	867
10.3. Cláusula modal ou modo	868
10.4. Cláusulas de exclusão e de limitação da responsabilidade.....	870
10.5. Cláusula penal.....	884
10.6. Cláusulas de <i>no consequential loss</i>	885
a. A doutrina do dano direto e imediato e a adequação.....	887
b. A mudança de perspectiva em matéria de causalidade	892
c. A causalidade fundamentadora da responsabilidade e a causalidade preenchedora da responsabilidade	896
d. O problema dos danos reflexos.....	901
e. O problema como um problema de interpretação das declarações nego- ciais.....	901
f. O problema da validade	903
10.7. Cláusulas <i>sole remedy</i>	904
10.8. Cláusulas <i>basket amount</i>	913
11. Representação.....	915
11.1. Noção, elementos e modalidades.....	915
11.2. Legitimação representativa	920
11.3. Representação sem poderes e abuso de representação	921
11.4. O negócio consigo mesmo	923
11.4.1. Considerações gerais	923

•

11.4.2. A <i>ratio</i> do negócio consigo mesmo.....	927
11.4.3. O conflito de interesses e a extensão teleológica do artigo 261.º CC	931
11.4.3.1. As respostas da jurisprudência	931
11.4.3.2. Os diversos argumentos.....	933
a. O argumento metodológico — a interpretação da norma	933
b. O argumento sistemático — outras hipóteses de conflito de interesses no direito privado	936
i. O poder paternal e a tutela	937
ii. Os maiores acompanhados e o artigo 150.º CC	938
iii. O artigo 397.º CSC e os negócios dos administradores com a sociedade	940
11.4.3.3. A interpretação do artigo 261.º CC à luz da consideração do conflito de interesses.....	948
12. Ineficácia e invalidade do negócio jurídico.....	951
12.1. Considerações gerais.....	951
12.2. Invalidade. Modalidades.....	952
12.3. A inexistência	955
12.4. A relação de liquidação	958
13. Redução e conversão dos negócios jurídicos.....	980
14. Formas de cessação dos efeitos do negócio jurídico	983
Índice.....	985

•



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt